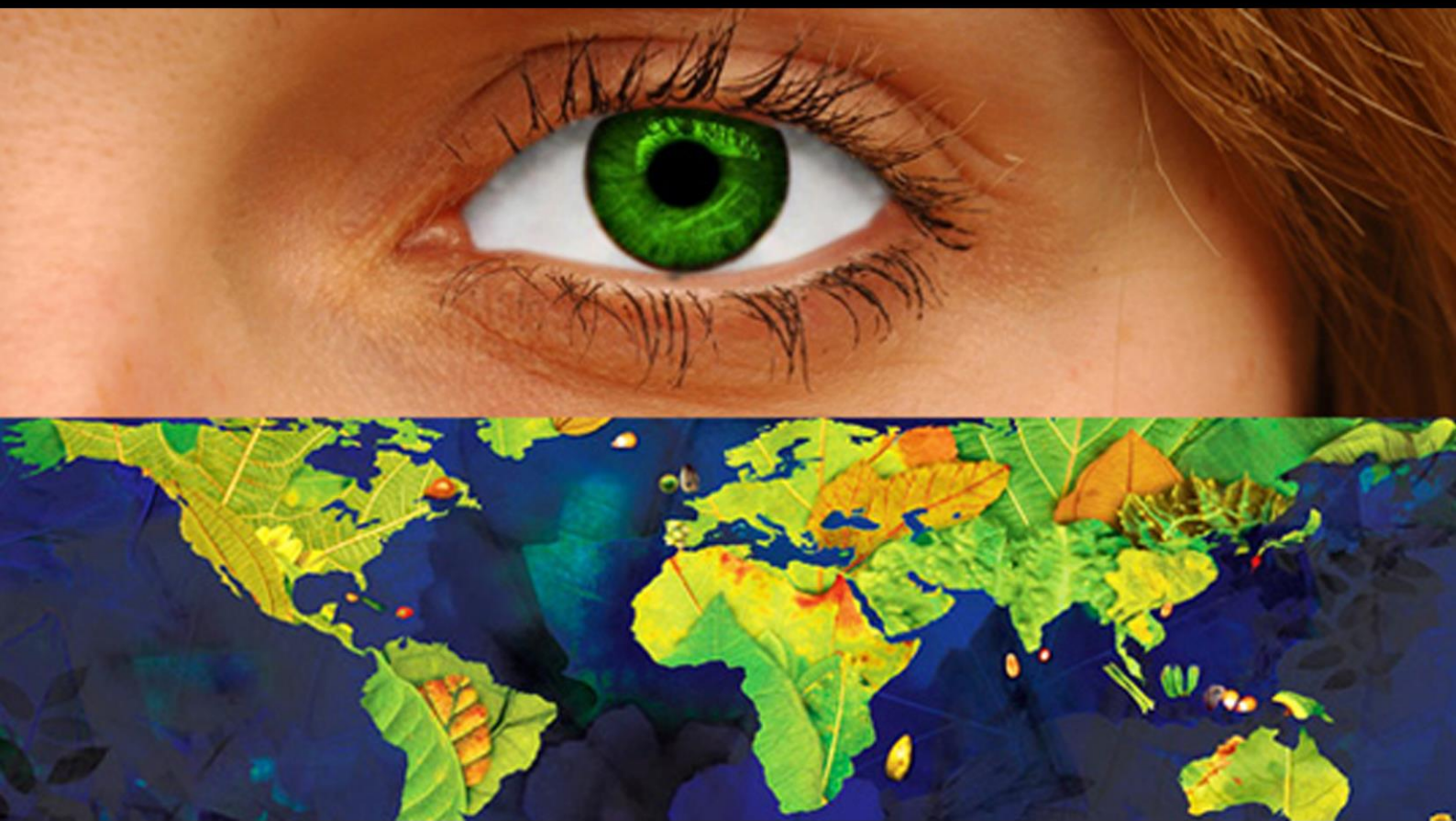


A ECO-92



E A NECESSIDADE DE UM NOVO PROJETO

Maurício Waldman



EDITORA KOTEV

MEIO AMBIENTE: Coleção Memória & Debate 1

A ECO-92 E A NECESSIDADE DE UM NOVO PROJETO ¹

MAURÍCIO WALDMAN ²

“O projeto de civilização que pretende unificar o mundo está morto [...] A partir de uma razão insustentável, a história se abre para uma resignificação do ser a uma diversidade de modos de vida e racionalidades produtivas, fundadas nas potencialidades da natureza, nos significados da cultura e nos sentidos do tempo” (Enrique Leff, Saber Ambiental, 2004, página 415).

“A noção de paradigma não pode ser derivada da história particular de uma ciência ou de uma descoberta feliz de um cientista caprichoso e genial. A noção de paradigma pertence à história e se impõe ao mesmo tempo que os movimentos históricos de fundo” (Milton Santos, Por uma Geografia Nova, 1978, página 160)

INTRODUÇÃO

Não seria demasiado pontuar que Eco-92 é um termo vago. Em parte, isto decorre da particularidade de ser uma abreviatura aplicada indistintamente a dois eventos concomitantes, mas discrepantes quanto aos propósitos e respectivos perfis políticos e institucionais. Conferindo melhor, Eco-92 alude a dois solenes acontecimentos:

1. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) ³, também descrita como Cúpula da Terra ⁴ ou ainda Rio-92.
2. A Conferência da Sociedade Civil Global sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com mais frequência citada como Conferência Paralela ou Fórum Global ⁵.

A Rio-92 é uma conferência oficial, que reunirá representantes de todos os governos. Espera-se pela vinda de número expressivo de chefes de Estado, acompanhados das respectivas assessorias (Figura 1).

A Rio-92 será palco de vívidos debates, em vista de remeter a um temário polêmico, impregnado de pendências, controvérsias vitaminadas pela contradição Norte-Sul ⁶, polarização que neste final de século ocupa papel central no painel geopolítico internacional.

O Fórum Global é em contrapartida, o espaço da sociedade civil planetária, marcada por uma pluralidade de expoentes ⁷. Acredita-se que participarão milhares de representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs), multidão que espelha heterogênea massa de movimentos sociais (Figura 2).

No Fórum Global, as expectativas variam do acompanhamento da Conferência Oficial à formulação de projetos alternativos, voltados para a sociedade civil do Planeta.

Neste evento, o Terceiro Mundo - tanto em razão das temáticas e da expressão numérica das delegações, quanto pela importância que detém no debate ambiental global - constitui um bloco conotado por projeção indiscutível.

Não obstante, isto não permitiria caracterizar o Fórum Global como uma conferência terceiro-mundista. Isto porque a conferência estará voltada para pensar e avaliar a questão ambiental na ótica das sociedades civis. Não importa que sejam as do Norte ou do Sul ⁸.



FIGURA 1 - Cena de abertura da CNUMAD, a Conferência oficial, que reuniu mais de cem chefes de Estado de todo o mundo na cidade do Rio de Janeiro (Foto: Marcos Tarnovsky).



FIGURA 2 - O evento paralelo da ECO-92 reuniu lideranças dos movimentos sociais de todo o Planeta. Na foto, o icônico cacique Raoni em passeata (Foto: Marcos Tarnovsky).

A expectativa é que o Fórum Global traduza um difundido inconformismo quanto ao atual modelo de desenvolvimento, repetidamente denunciado como socialmente injusto e ecologicamente irresponsável.

Outro ponto a ser destacado nas duas conferências é que ambas estarão voltadas, na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 3 e 14 de junho de 1992, para a análise e avaliação de um binômio: *Ecologia e Desenvolvimento*.

Explicitamente, num sentido contrário do que é desenhado pelo senso comum, a Eco-92⁹ não será um evento puramente ecológico. A questão do desenvolvimento, ainda que pouco enfatizada pela mídia, constitui elemento central na pauta dos debates, tanto da Rio-92 quanto do Fórum Global.

Embora os dois encontros demonstrem uma nítida marca ambiental e/ou planetária, questões relativas a fluxos de capitais, transferência de *know-how*, dívida externa e as tendências da demografia mundial, dentre muitos outros temas, configuram diretrizes estratégicas na agenda das conferências.

Aliás, a realização da Rio-92 somente agremiou a adesão dos governos do Sul em virtude do compromisso dos países do Primeiro Mundo em discutirem, associadas ao temário da defesa do meio ambiente, os litígios relacionados à economia global.

AS VÁRIAS ECOLOGIAS

A realização das duas conferências obrigatoriamente resgata um histórico de visões de mundo com origem no movimento ecológico.

Contrariando percepção extensamente difundida, inexistem posições monolíticas sobre a questão ecológica. O debate ambiental articula-se com uma coleção de concepções culturais, determinações históricas e sociais, que reproduzem tendências existentes nas sociedades como um todo.

Isto porque o ambientalismo¹⁰ não é um corpo de ideias voltado abstratamente para a defesa da natureza. Vale lembrar, o que definimos como natureza resulta de aspirações e de relações sociais que se alteraram sensivelmente ao longo do tempo histórico.

Deste modo, é possível afirmar que o meio natural foi continuamente inventado e reinventado pelas sucessivas formações sociais que se estruturaram na história

humana. Nesta acepção, como lembra o geógrafo brasileiro Marcos de CARVALHO, *é mais correto falar da existência de naturezas, e não de uma natureza genérica e abstrata* (1991).

A mais ver, cada sociedade deixou sua própria marca na gestão dos ciclos de matéria e energia presentes no meio natural. Nesta lógica, a crise ambiental que atualmente presenciamos reporta, na realidade, à maneira como os fluxos naturais foram instrumentalizados pela formação social capitalista.

Necessariamente, o que está no foco da discussão é uma forma específica de apropriação da natureza. Privada e voltada para o lucro, como tal não se confunde, sob nenhum ponto de vista, com os modelos de intervenção no ambiente que acataram - e acatam - outras premissas e procedimentos.

Neste sentido, é possível alinhar diversas leituras sobre os problemas ambientais. Como se sabe, o buraco da camada de ozônio ¹¹, a retração das florestas tropicais, o avanço da desertificação, a poluição dos oceanos e mares, a extinção acelerada das espécies da flora e fauna, o efeito estufa e a chuva ácida, reconhecidamente afetam o conjunto dos equilíbrios dinâmicos da biosfera ¹². Ou dito de outro modo, ignoram fronteiras políticas e sociais.

Mas por outro lado, as respostas a estas problemáticas reportam necessariamente às contradições instaladas no interior da sociedade contemporânea. Neste cenário, dependendo dos agentes sociais e dos sujeitos políticos envolvidos com a questão ambiental, as formas de avaliação e de apreciação do que está em jogo se assentam em pressupostos reconhecidamente calcados na disparidade.

No parecer do geógrafo brasileiro Ricardo Antônio da Paixão, “o esforço ambiental confunde-se com o esforço de se reconhecer a lógica de transformação da natureza pela sociedade. Lógica esta, que deve ser buscada na especificidade das formas de apropriação da mesma” (1982: 217).

Mais ainda, estando os mecanismos de apropriação amparados por concepções ideológicas, “não resta outro recurso senão discutir ideologicamente tudo que se refere à questão do meio ambiente” (idem).

Por esta exata razão, se impõe o entendimento de que estão em pauta diferentes molduras teóricas abrigadas sob um conceito mais abrangente de ecologia.

Com efeito, cada uma das teorizações sinaliza para estratégias ambientais distintas, que ganharam corpo a partir das contraposições que paulatinamente emergiram no interior do movimento ecologista (WALDMAN, 1992a).

Na discussão relativa à Eco-92, três posturas fazem jus à menção obrigatória. São elas: o *preservacionismo clássico*, o *eco-capitalismo* e o *eco-socialismo* ¹³.

POSIÇÕES CONFLITANTES

O preservacionismo ¹⁴ corresponde aos primeiros estágios do ativismo ecológico. Esta corrente lançou raízes a partir do século XIX no seio do movimento romântico inglês, cuja expressão literária era declaradamente severa na crítica ao industrialismo (Figura 3), e aos efeitos nocivos provocados pela sociedade moderna no ambiente natural (ACOT, 1990).

Paulatinamente o ideário de conservação da natureza ganhou força nos círculos intelectuais e na sociedade civil dos países do hemisfério Norte, particularmente nos Estados Unidos.

Enquanto tal, o preservacionismo é considerado uma resposta à preocupação em resguardar os remanescentes da chamada natureza primeira ou original ¹⁵, que recuou ou foi comprometida pela progressão da vida moderna, dos seus valores, práticas e técnicas.

Nos Estados Unidos, a posição preservacionista foi calçada por um forte movimento de opinião pública, empenhado em inventariar e proteger paisagens representativas do patrimônio natural daquele país, e de igual modo, numerosas espécies da fauna e da flora que seguiam celeremente para a extinção inexorável ¹⁶.

Desta tomada de posição surge em pleno 1872 o primeiro parque natural da história: o Parque Nacional de Yellowstone ¹⁷ localizado nos confins dos estados de Wyoming, Montana e Idaho, no centro-oeste dos EUA (Vide Figura 4).

Ainda antes de 1899, seriam criadas outras áreas de preservação ambiental, tais como Yosemite, General Grant, Sequoia Park e Mount Rainier, localizadas, de modo análogo às demais, no Oeste americano e arredores ¹⁸.



FIGURA 3 - Paisagem industrial de Londres no Século XIX. Neste século, a metrópole inglesa era a cidade mais populosa do mundo. Havia passado de quase um milhão de em 1800, para pouco menos de cinco milhões nos finais do século. Paralelamente aos agravos ambientais, a industrialização afetou em especial os trabalhadores e camadas pobres da população (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 23-05-2018).



FIGURA 4 - Tomada do Parque Nacional de Yellowstone, com um dos famosos gêiseres que pespontam na área de preservação (Fonte: < <https://www.nps.gov/yell/index.htm> >. Acesso: 23-05-2018).

Estes parques, reunindo esplêndidas belezas naturais, espécies endêmicas, bosques luxuriantes, pujante biodiversidade e paisagens sublimes, num pequeno lapso de tempo notabilizaram-se enquanto modelo que inspirou a implantação de áreas de preservação em inúmeras nações. Tal aconteceu no Canadá, Nova Zelândia, África do Sul e Austrália, com parques oficialmente instituídos antes do raio do século XX ¹⁹.

Nos EUA, o preservacionismo tornou-se matriz teórica de grupos ambientalistas como o Sierra Club (1892), National Audubon Society (1905), Izaak Walton League (1922), Wilderness Society (1935) e do National Wildlife Federation (1936).

Ademais, rubrique-se que a preservação da vida selvagem foi, como ainda é, uma das pedras angulares do ativismo ecológico ²⁰, especialmente nos países do Primeiro Mundo (Cf. WALDMAN, 1991b).

A posição preservacionista influenciou fortemente o ativismo ecológico. Também classificada como biocêntrica, esta posição imperou praticamente sem resistência durante décadas seguidas.

Entretanto, perdeu terreno para formulações mais complexas, surgidas na segunda metade do século XX. Estas passaram a incorporar motivações sociais, culturais, políticas e econômicas, até então ausentes nas lutas pela defesa do meio natural.

Particularmente, a partir da década de 1970 os movimentos ambientais passaram por profundo processo de diferenciação interna, conquistando uma cor político-ideológica que o preservacionismo, pretendendo-se apolítico, a todo custo evitava pautar.

O preservacionismo, postulando implantação de santuários da vida silvestre e unidades de conservação como paradigma por excelência das políticas públicas visando preservar a biodiversidade, excluiu sem qualquer reserva a preocupação com dinâmicas sociais mais amplas.

Na ácida constatação do filósofo e historiador francês Pascal ACOT (1990), este “proto-ecologismo”, ao enfatizar medidas de proteção ao ambiente natural, identificado em áreas remotas e esforçando-se em isolar os remanescentes de um paraíso perdido do contato com a civilização humana, operacionaliza um imaginário fortemente idealizado de natureza.

Note-se que esta noção, alheia à história das sociedades, frequentemente embalada por acepções românticas e encerrada em si mesma, não condiz, à luz da verdade,

com a relação mantida por milhões de anos pelos humanos com o espaço natural. No final das contas, o que comumente é tido como natureza selvagem inclui alterações antropogênicas de monta. Isto é, modificações encetadas por comunidades humanas que alteraram a fisionomia das paisagens com as quais interagiam ²¹.

Somando acintosas debilidades, a argumentação do preservacionismo não era páreo para as posições concorrentes do eco-capitalismo e eco-socialismo. No contexto de uma sociedade urbana e industrial em expansão as duas correntes terminaram, pois por desfrutar de amplo prestígio nas especulações ambientalistas.

Em uníssono, as duas correntes rechaçam a convicção de que a defesa do meio ambiente possa se restringir exclusivamente a medidas de preservação. Entendem que a questão ambiental, dada sua complexidade, necessariamente reporta a conteúdos mais profundos, alusivos a projetos mais abrangentes.

Como resultado, o preservacionismo clássico, mantido sob fogo cruzado de grupos eco-capitalistas e pelo eco-socialistas, perdeu quadros teóricos e ativistas para as duas correntes, mingando enquanto expressão emblemática do ecologismo.

Entretanto, ao lado da crítica comum ao preservacionismo, especialmente em razão de um perceptível “biologismo” que perpassa pela corrente, o eco-capitalismo e o eco-socialismo divergem profundamente quanto às visões de mundo.

Em linhas gerais, o eco-capitalismo avalia que os equilíbrios sociais e ambientais não são contraditórios com os mecanismos que regem a economia de mercado. Pelo contrário, o mercado não seria um obstáculo, mas sim, uma importante peça auxiliar na conservação da natureza.

Assim sendo, as posições do grupo apontam para políticas que não questionam o tipo de relação classicamente mantida com os trabalhadores e o meio ambiente. Seria então o caso de combater os efeitos da degradação ambiental. Porém, isentando-se de colocar as causas em debate.

Esta corrente, carimbada por muitas vozes como “capitalismo verde”, tem observado vigorosa expansão. No mais, em especial nos últimos anos, setores de ponta do empresariado se aproximaram do corpo das ideias ambientalistas.

Este movimento foi estimulado tanto pelo surgimento de um mercado verde (filtros antipoluição, *marketing* ecológico, produtos ecológicos, novos nichos de consumo, máquinas e equipamentos ambientalmente menos impactantes), quanto pela

inquietação em garantir uma fronteira ecológica para a reprodução e perpetuação da economia de mercado.

Nesta linha de abordagem, note-se que o célebre Relatório Limites do Crescimento, ou Relatório Meadows ²², do Clube de Roma, divulgado nos anos 1960 e entronizado como marco histórico no alerta sobre o desequilíbrio ecológico planetário, coaduna com o intento de deter a degradação de modo a assegurar a continuidade do modelo hegemônico de economia, vocação visível na própria configuração do grupo ²³.

No interior do campo eco-capitalista, posições social-democráticas são atualmente hegemônicas. Dispondo de forte inserção parlamentar, estão claramente presentes nas instâncias governamentais de defesa do meio ambiente.

Porém, esta supremacia pode ser ameaçada com a ascensão do extremismo de direita, abrindo espaço para que o eco-fascismo ²⁴, no presente momento uma corrente minoritária no movimento ecológico, venha a se fortalecer.

Já o eco-socialismo parte de outros pressupostos. É característico do discurso eco-socialista destacar que a questão ambiental apenas será efetivamente enfrentada caso existam conjuntamente avanços democráticos e da justiça social.

Para esta corrente do ecologismo, não há nenhuma compatibilidade possível entre capital e meio ambiente. As lutas ecológicas são observadas como parte indissociável de transformações sociais profundas, ou mesmo radicais, repelindo a apropriação privada da natureza, assim como a organização social, política, cultural e econômica que a fundamenta (Figuras 5 e 6).

Todavia isto não significa, como nunca significou, apoio ao socialismo nominal. Contrariamente, os eco-socialistas figuram, mais de 20 anos atrás, como críticos a toda prova da dominação burocrática no Leste Europeu ²⁵.

Isto sem contar que os países da Europa Oriental foram palco de impressionantes desastres ambientais ²⁶, em boa parte fruto da omissão das autoridades nos cuidados com o meio ambiente com vistas ao incremento da produção econômica.

É o que explica que a influência das ideias de Karl Marx, visível nas formulações da esquerda ecologista, procure sustentação nas elaborações consideradas heterodoxas do marxismo, excluindo determinadamente as variáveis conservadoras.



FIGURA 5 - Instantâneo da combativa delegação mexicana na Marcha dos Excluídos, o principal evento de massas promovido pelo Forum Paralelo da ECO-92 (Foto: Denise Saltiel Stobbe).



Figura 6 - Instantâneo da performance de protesto junto ao painel instalado pelas ONG da Coreia do Sul na Conferência da Sociedade Civil no Encontro Paralelo na Rio-92 (Foto: Gea Martinez).

A partir deste referencial, os teóricos do eco-socialismo, acompanhando uma tendência da intelectualidade ocidental do pós-guerra, estariam, sob determinado ponto de vista, procedendo a um resgate da radicalidade do pensamento marxista.

Não surpreende então que os eco-socialistas façam uso de tópicos do universo conceitual marxista. Cabalmente, concepções como contradições sociais, divisão internacional do trabalho, relação centro-periferia, dominação de classe, etc., são recorrentes no discurso desta corrente. Mas sempre mantendo prudente distância das leituras ortodoxas de Marx.

Note-se também que, fato notório, Karl Marx e Friedrich Engels, homens do século XIX, estavam imersos nas expectativas do período no qual viviam. Portanto não se desvinculavam por inteiro dos valores e posturas que moldavam a sociedade da época (WALDMAN, 1992a: 46-68).

Daí que o trânsito de apensos economicistas, etnocêntricos, desenvolvimentistas e produtivistas nas formulações originais dos dois filósofos, são repudiados sem exceção pelos eco-socialistas.

É nesta ótica que os eco-socialistas entendem pavimentar a construção de um novo programa progressista, apontando para um *socialismo ecológico*, respaldado em premissas diferentes das que orientaram o marxismo tradicional e a experiência do Leste europeu (MARTINS, 1991).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

As três correntes ecologistas rapidamente descritas nesse texto, cada uma das quais expressando uma visão específica de mundo ²⁷, estão claramente presentes nas discussões relativas à Eco-92.

Exemplificando, é em função do prestígio de um imaginário preservacionista que propostas como a da Conversão da Dívida Externa por investimentos ambientais ²⁸ têm sido pautadas com crescente protagonismo, apoiadas pelas grandes entidades internacionais de defesa do meio ambiente ²⁹.

Por sua vez, o Desenvolvimento Sustentável, grande vedete conceitual da Eco-92, reportaria, na ponderação dos pesquisadores brasileiros Aurélio VIANNA (1991) e Selene Herculano dos SANTOS (Cf. 1991 e 1992), a postulados e propósitos eco-capitalistas.

Todavia, a esquerda ecologista, tendo por nexos fundantes a transformação da sociedade e a releitura das bases filosóficas da civilização ocidental, rejeita vigorosamente estas proposições.

De mais a mais, o ativismo eco-socialista aponta, conscientemente ou não, para a crítica social, polarizando com posturas reformistas e práticas fiadoras do modelo de sociedade em vigor.

De qualquer modo, a Eco-92, uma vez adereçada da missão de debater o binômio Ecologia e Desenvolvimento, não tem como furtar-se das antinomias postadas pela sociedade contemporânea.

Tendo por pano de fundo uma crise não simplesmente ambiental, mas sim, que insere clara índole socioambiental ³⁰, o momento sugere uma conjuntura volátil, na qual as bases por inteiro do sistema parecem ameaçadas.

Antecipando deste modo a irrupção de linhas de fratura, justifica-se o destaque dado ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, pedra de toque para a confecção do Relatório Brundtland, assim denominado em referência à norueguesa Gro Harlem Brundtland (Figura 7), figura de proa e Presidente da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

Foi sob sua coordenação que se corporificou um documento icônico, *Nosso Futuro Comum* ³¹ (CMMAD, 1988), que rapidamente alçou fama, correndo o mundo inteiro. Desenvolvido com cobertura institucional das Nações Unidas, o texto pontuou o “estado da arte” global quanto ao meio ambiente e os principais desafios a serem enfrentados.

Mas não apenas isso. Paralelamente, o relatório frisa, ao lado do Desenvolvimento Sustentável, a imperiosidade de colocar em marcha uma Nova Ordem Econômica Internacional, a NOEI ³², proposta alinhavada em encontros internacionais desde os primórdios dos anos 1970 ³³. Propondo, portanto um novo regramento global, não é por casualidade que o título do documento seja justamente *Nosso Futuro Comum*.

Na voz dos seus críticos, estas três ideias força - Desenvolvimento Sustentável, Nova Ordem Econômica Internacional e *Nosso Futuro Comum* - formam um tripé com articulação e conjugação interna de propostas cujo eixo central, repousaria na preocupação em garantir, sob novas roupagens, uma continuidade “sustentada” do *status quo*.



FIGURA 7 - Gro Harlem Brundtland, dirigindo-se à Assembleia Geral das Nações Unidas, em Outubro de 1987 (Foto: Nações Unidas).

O discurso da Conferência Oficial, inextricavelmente articulado com estes primados ratificaria, por conseguinte, uma “pactuação ecológica” da reformulação econômica e tecnológica em curso no sistema global.

Pari passu, a vinculação destas premissas com posturas neoliberais é tão somente a clarificação de uma propensão em operar ombro a ombro com o *establishment*, orientação que no caso do Brasil transparece nitidamente no governo do Presidente Fernando Collor de Mello, que politicamente busca encarnar uma proposta de inovação econômica e simultaneamente, uma abertura na direção do ambiental ³⁴.

Sem embargo, saliente-se também que tais proposições não podem ser associadas exclusivamente com a equipe das Nações Unidas que trouxe à luz o relatório Nosso Futuro Comum. Pelo contrário, a equipe técnica da CMMAD assumiu como ponto de partida uma visão instrumental da questão ambiental cuja origem está na elaboração teórica elaborada nos marcos do eco-capitalismo.

Recorde-se neste sentido, que o eco-capitalismo, além de contar com substancial reforço do aparato de Estado, respaldo no meio acadêmico e de um ecologismo institucional com o qual mantém uma relação siamesa, possui considerável base de apoio em nível do movimento social, em especial nos seus segmentos afluentes e em várias ONGs de grande porte ³⁵.

Seria ingenuidade pressupor que as máximas a serem proferidas na Cúpula da Terra componham um apanágio exclusivo da CMMAD, de interesses administrativos ou das estratégias de longo prazo das transnacionais.

Enraizado no movimento ambientalista, o corolário eco-capitalista constitui um projeto planetário de sociedade e enquanto tal, passível de incorporação simultânea por diversos setores e grupos de interesses. Desde que é claro, compartilhem propósitos comuns com o *status quo* global.

É justamente neste recorte que podemos certificar o essencial das críticas ao Desenvolvimento Sustentável. Paradigma que se afirma em um momento marcado pelo questionamento das utopias de mudança social e do desmantelamento de uma consciência universal (VIANNA, 1991), ainda assim não auferiu o desejado consenso.

Na visão proposta pelo Desenvolvimento Sustentável, a pobreza e a degradação ambiental seriam intercorrências de um mesmo círculo vicioso, no qual cada uma das polaridades configura-se como causa e efeito da outra. Porém esvaziadas, como ressalva Selene Herculano dos SANTOS, dos seus concertos estruturais, “como resultado histórico de um modo de produção altamente concentrador, econômica e espacialmente” (1992: 13).

Tendo por premissa a economia de mercado, medidas sociais paliativas e a crença no avanço tecnológico como fator de uma industrialização limpa e ecologicamente aceitável, o Desenvolvimento Sustentável formataria, portanto, um rol de medidas em prol de um capitalismo verde, preocupado em congraçar os sistemas produtivos em operação com a preservação ambiental (SANTOS, 1992: 13 e 15).

Por esta razão, terminou rapidamente cartografado pelo olhar crítico da opinião progressista do Primeiro e do Terceiro Mundo. Estes setores não aceitam teses que na sua perspectiva garantiriam, na melhor das hipóteses, algum tipo de amenização da miséria absoluta associada a alguma espécie de proteção ambiental. E nesta sequência, excluindo no plano das ideias a contestação das relações de poder entre classes, grupos e nações (Vide WALDMAN et FATHEUER, 1991).

Para além das ambiguidades conceituais, os enunciados do Relatório Brundtland não escapam de problemas de concertação teórica. Indo diretamente ao ponto, sustentabilidade ou não de um modo de produção não constitui característica que possa aleatoriamente ser enxertada a uma circunscrição social. Até porque as formações sociais refletem uma performance ambiental que lhes é inerente enquanto padronagem de relação com a natureza.

Por conseguinte, as crises socioambientais constituem momentos nos quais um *modus operandi* de relação com o meio natural mostra-se total ou parcialmente comprometido, combinando-se nesta vicissitude, às demais variáveis que de modo articulado, sustentam uma dada organização de sociedade. Conforme foi consignado em outro momento:

“Todas as crises do passado foram, cada uma do seu modo, ambientais, cristalizadas pela dificuldade crescente de manter os fluxos de energia, de sustentar o que era exigido do meio ambiente e dos processos à disposição destes sistemas, de adequar a tecnologia existente de forma a superar os problemas que estavam colocados em suas relações específicas com a natureza. A não resolução destas questões deu cabo de todas as civilizações que hoje são lembradas nos livros de história” (WALDMAN, 1990a: 39).

Em síntese, a despeito de uma coleção de incompletudes, o Desenvolvimento Sustentável, a NOEI e Nosso Futuro Comum têm sido incensados por diversos atores como um chamamento para “salvar o Planeta”. Porém, a despeito desta roupagem ecológica é o antigo projeto internacional do Norte hegemônico que está sendo realicerçado e reposto com base em velhas e bem conhecidas relações de dominação do homem e da natureza.

Mesmo assim, notam-se críticas de setores duros dos círculos de poder a estas proposições, quando não esplendidamente desdenhadas por corporações e vários países industrializados, que justamente dão as cartas nos processos globais.

Com este pano de fundo, não é de surpreender que junto a um segmento ponderável da sociedade civil global, forçosamente se impõe a impressão de que não será com um conjunto de posturas em princípio bem-intencionadas que o avanço da destruição do meio ambiente será impedido.

Nesta sequência, a crise socioambiental poderá ser adiada por algum tempo. Mas não será, em absoluto, detida no perímetro do modelo de sociedade existente.

Portanto, caberá em especial ao Fórum Global, cujo mandato reporta à sociedade civil, refletir e contribuir para a formulação de um novo caminho diante deste contexto.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Muito além de mero “festival ecológico”, uma debochada definição bem ao gosto de certos órgãos da imprensa, a Eco-92 reflete um momento delicado, assoberbado por uma crise socioambiental historicamente sem precedentes, dita particularmente verdadeira para os países do Terceiro Mundo (Figura 8).

Como foi assinalado, tal discussão transborda os limites originais assinalados pelo preservacionismo. Discute-se, na prática, um novo desenho para a sociedade planetária. Em face desta pontuação, é possível sintetizar um elenco de remates, desdobramentos e conclusões. Senão vejamos:

1. As teses do Desenvolvimento Sustentável não recebem críticas exclusivamente do campo progressista. Existe também uma visão crítica cujos atores são membros de grupos que tem se beneficiado com o chamado capitalismo selvagem.

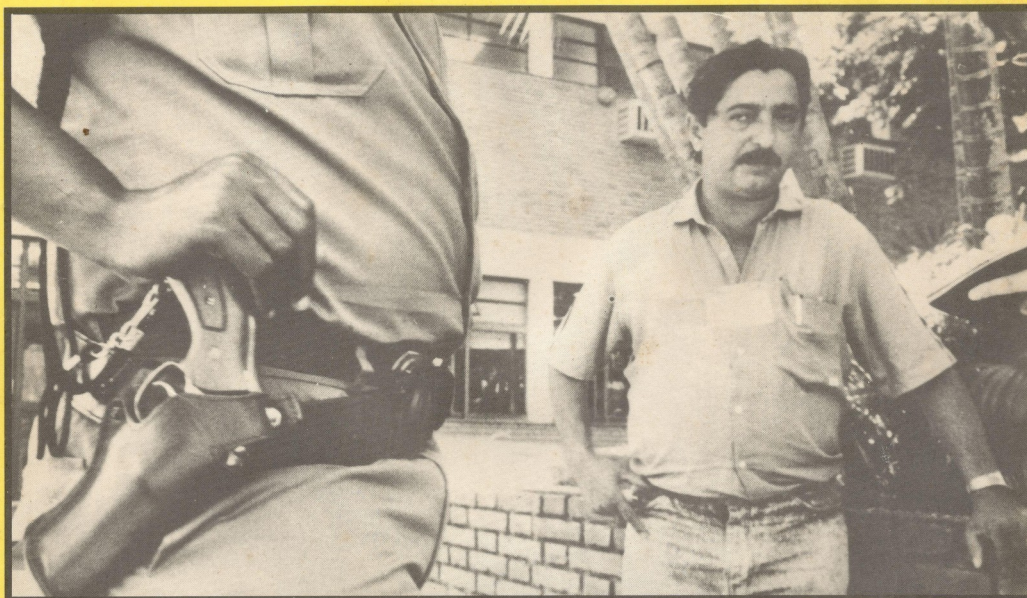
Seriam seus expoentes no Brasil: o governador do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho, o paladino da motosserra; Ronaldo Caiado, líder da União Democrática Ruralista (UDR), cuja proposta para a Amazônia é transformá-la num gigantesco pasto; Fernando Penteado Cardoso, fundador da Manah Fertilizantes, para o qual, o desenvolvimento sustentável não passaria de uma besteira (Cf. SANTOS, 1992).

No caso das grandes potências, o G-7 ou “Clube dos Ricos”, reunindo os Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Itália, França, Japão e Grã-Bretanha ³⁶, existe pouca disposição, com exceção da Alemanha e Canadá, de negociar qualquer pauta que implique em revisar as posições que mantém a proeminência econômica dos países afluentes.

Quanto aos demais países do Norte, é perceptível maior abertura para a discussão ambiental por parte das nações escandinavas, Suécia, Noruega e Dinamarca, e pelo bloco composto pelo Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Contudo, este grupo materializa uma articulação francamente minoritária, privada de força para alterar o quadro geral.

QUEM MATOU CHICO MENDES?

Paulo Tibério/JP



JULGAMENTO

Xapuri, 12 de dezembro de 1990

O Brasil e o mundo de olho no Acre

CEDI / CNS / CPI-AC / CTA / IEA / UNI
Comitê de Apoio aos Povos da Floresta / STR-Xapuri

FIGURA 8 - O assassinato de Chico Mendes em 22 de Dezembro de 1988, expressa a incisividade da questão ambiental no país, demarcada por profundas dessimetrias sociais e impactos ecológicos em larga escala, que afligem particularmente as classes populares (Foto: Cartaz do Julgamento do Assassinato de Chico Mendes, Arquivo do Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo).

No caso dos países do Sul, agrupados no “Clube dos Pobres”, o G-77 ³⁷, existe predileção pela parte desenvolvimentista da agenda da CNUMAD, transformando o meio ambiente num apêndice da volição econômica.

Neste grupo, a China em particular tem recidivamente rebatido qualquer moção que ponha em cheque os planos de desenvolvimento industrial acelerado que definitivamente, são a marca registrada desta nação asiática ³⁸, quase sempre ao arrepio de quaisquer cautelas ambientais.

Na realidade, o Desenvolvimento Sustentável tem escassas possibilidades de tornar-se efetivo. Como argumentamos ao longo deste texto, dificilmente será incorporada uma linha de sustentabilidade que de resto, é estranha à lógica de reprodução do capitalismo ³⁹.

2. Cumpra admoestar que a inviabilidade das teses do Desenvolvimento Sustentável suscita obrigatoriamente um esforço redobrado para frear o colapso socioambiental. Por isso mesmo, o Fórum Global constitui oportunidade ímpar de discutir um projeto que incorpore os grupos excluídos, para os quais a sustentabilidade da apropriação privada da natureza desde sempre não passa de uma quimera.

Reunindo movimentos sociais de todo Planeta, note-se que a proposta de realizar uma Conferência Paralela resultou de um determinado esforço por parte dos setores engajados do movimento ecológico. Foram estes os grupos que desde o primeiro momento defenderam a inclusão de centrais sindicais, movimentos sociais, representações de populações tradicionais, grupos feministas, minorias raciais, etc.

Na perspectiva dos eco-socialistas, é neste heterogêneo conjunto de atores sociais das mais diferentes nuances, que seria possível localizar o embrião de um novo projeto, visando uma sociedade justa e ecologicamente responsável.

3. É inevitável registrar que ecologia não é um tema a mais, mas sim um tema que perpassa pelos demais temas. Antes apanágio de grupos preocupados unicamente com a vida selvagem, o ecologismo manifesta-se hoje enquanto uma visão de mundo, pressupondo concepções e premissas que estão em contradição com valores e práticas historicamente herdadas.

Envolvendo complexa teia de preocupações e propostas, não existe nenhuma aspiração ou demanda social que não seja passível de “tradução” ecológica. Por conseguinte, pensar o ecologismo exclusivamente como um movimento social é um

erro a ser evitado. Igualá-lo a movimentos populares por creche, transporte e moradia, é um equívoco grave.

Retenha-se que embora seja possível pautar propostas ecológicas para o transporte coletivo, habitação e saúde, é impossível, por outro lado, transferir sem uma meticulosa triagem conceitual, proposituras relacionadas com o transporte, creches e moradia para demandas de outros movimentos sociais. Tampouco para modelos de agricultura, de estado, de democracia, etc.

Neste sentido, o Fórum Global pode avançar rumo ao aprofundamento desta visão de mundo, uma utopia que resiste ao vendaval ideológico composto pela explosiva conjugação da ofensiva neoliberal com o desmoronamento do socialismo nominal.

4. Não será surpreendente que caso as discussões do Fórum Global avancem a contento, que exista uma retomada (acompanhada de maior capilaridade social) da questão dos Partidos Verdes ou Ecológicos.

Apesar de existirem dúvidas quanto a esta potencialidade, o fato é que historicamente nada está pré-determinado. Conteúdos de novidade podem surgir de mobilizações que em um dado momento são pontuais, mas que evoluem para se transformarem em um projeto de sociedade.

Entenda-se que inexistem marcos ideacionados em si mesmos, dotados de vida própria ou granjeados de personalidade perpétua. Poucos percebem, mas mesmo movimentos sociais hoje carimbados como referência, tais como o operário-sindical, “podem ser vistos como um fenômeno recente e temporário” (Vide FRANK *et* FUENTES, 1989: 22).

Primeiramente um movimento social entre muitos outros, o movimento operário transformou-se no embalo de diversas concepções filosóficas, dentre as quais o marxismo. Conseguiu, acompanhando conjunturas históricas bastante conhecidas, transformar-se inclusive em poder de Estado.

O fracasso do Leste Europeu, a difusão da terceirização da economia, somadas às transformações promovidas pela entrada em cena da robótica, informática, novos materiais e da microeletrônica, configuram um patamar qualitativamente diferente para a discussão da transformação social e do papel dos movimentos populares.

O ecologismo é, com toda probabilidade, um movimento social que aponta para uma formulação global e específica de mundo, fortemente lastreado por novas formas de

organização, dentre as quais, as ONG, investidas da prerrogativa de novo ator social e político global ⁴⁰.

5. No Brasil, estão colocadas pré-condições para a irrupção de novas forças políticas, centradas em paradigmas ecológicos. Em especial, em face de um quadro ambiental marcado por crispações específicas, não é possível pensar a questão do surgimento de uma política verde apelando para modelos importados do exterior.

A difusão exógena é um dado real, mas insere muitas incompletudes. Afinal, não haveria como negar o fato objetivo de que o país está crivado por sérios desafios ambientais, a serem enfrentados e equacionados.

Além disso, é incorreto imaginar que as dificuldades de implantação do Partido Verde (PV) no Brasil constituam epitáfio de uma política verde, mesmo porque esta questão não é um privilégio de nenhum partido especificamente.

Assinala o cientista político Eduardo VIOLA (1988), conhecido pesquisador do movimento ecológico brasileiro, número significativo de eco-socialistas é, por exemplo, militante ou simpatizante do PT, trabalhando por sua transformação rumo a um partido eco-socialista ⁴¹.

Neste sentido, o fato do Brasil abrigar a Rio-92 e o Fórum Global podem contribuir com fatos novos na política nacional, particularmente no direcionamento do campo político-partidário. Prognóstico este que apenas o tempo poderá confirmar.

6. Finalmente, é possível compreender que, ao lado das dificuldades colocadas ao florescimento do pensamento e da ação crítica, a história não deixará de ser um incessante movimento de conteúdos sociais.

A pretensão de transformar a questão ambiental em espetáculo pirotécnico ou reduzi-la a um conjunto de eco-técnicas, não passará do patamar das iniciativas fugazes. Basicamente porque a complexidade que a caracteriza, não o permite.

Fundamentalmente, ecologia é o reino das questões concretas. Mas, tão só passíveis de resolução com o concurso da utopia, de anseios providos da preocupação em repensar filosoficamente o homem.

Um ser que como assinalava o geógrafo francês Eliséé Reclus, é a natureza tornada consciência.

ANEXO - MEIO AMBIENTE: DÚVIDAS E INCERTEZAS DA SUSTENTABILIDADE ⁴²

O momento tinha tudo para despertar esperanças. Passados vinte anos da reunião da ONU de 1992 voltada para o debate ambiental, a célebre *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*, o Rio de Janeiro sediava novamente um encontro internacional de importância ímpar.

Tratando-se de um evento das Nações Unidas com foco no Desenvolvimento Sustentável, essa verdadeira Cúpula da Terra tornou-se conhecida, numa referência direta à ilustre Eco-92, como *Rio+20*. Durante dois dias, entre 20 e 22 de Junho de 2012, o fato objetivo de reunir governantes de todo mundo, evidenciava claro interesse institucional pela agenda ambiental.

O objetivo manifesto do encontro, alavancar políticas públicas e medidas habilitadas a dar conta do desafio ambiental, pautava igualmente uma avaliação do “estado da arte” ecológico no conjunto do Planeta. Neste prisma, endossando questão cuja essencialidade ninguém ousaria colocar em dúvida, o evento prefiguraria uma espécie de versão 2.0 da Rio-92.

Afinal, passadas duas décadas da consagração do conceito de Desenvolvimento Sustentável, seria pelo mínimo razoável aguardar por uma safra de sucessos e iniciativas bem-sucedidas. Porém, tornou-se imperioso admitir que mesmo após vinte anos de pregação incansável da noção difundida pela norueguesa Gro Brundtland, com justiça considerada “Mãe do Desenvolvimento Sustentável”, os progressos da sustentabilidade eram desanimadores.

Pior ainda, registraram-se retrocessos desabonadores em muitos quesitos. Conforme divulgado no relatório Panorama Ambiental Global, confeccionado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), apenas quatro das 90 metas ambientais mais importantes acertadas nos últimos 40 anos observaram avanço significativo. Outros 40 objetivos avançaram minimamente. Para completar, 24 não apresentaram praticamente nenhum progresso.

Certamente, esta verdadeira ducha de água fria alimentou debates e controvérsias de todo o tipo. Em especial, uma destas ponderações, refletindo um incômodo difusamente assentado na mente de todos os atores que acompanham a trajetória do Desenvolvimento Sustentável, ganhou corpo neste cenário.

Indo direto ao ponto: a problemática explicitada pelas planilhas não se resumiria à mera má vontade das autoridades, falhas logísticas ou operacionais. Para entender a razão de tamanhos fracassos na resolução de questões ambientais prementes, seria, pois necessário seguir fundo na discussão.

Claro está que a gravidade do panorama trazido a luz pela Rio+20 não tinha como ser ignorado pela Senhora Brundtland. Pelo contrário, acompanhando em tempo integral os caminhos assumidos pela sustentabilidade, Brundtland, referência mundial por ter coordenado a feitura do Relatório *Nosso Futuro Comum* (documento matricial da Rio-92), desfiou, em entrevista concedida à imprensa, um longo rosário de amarguras.

Emitindo declarações que chocaram alguns observadores, Gro Brundtland declarou sem meias palavras que a sustentabilidade ainda aguarda materialização enquanto prática real. Demonstrando inconformismo, admoestou também que o termo é utilizado de forma abusiva, sem a menor conexão com as intenções que nortearam a Rio-92. E sem maiores delongas, desabafou: “O Desenvolvimento Sustentável ainda não aconteceu”.

Ora, em sendo a entrevistada, conforme foi registrado, a “Mãe” do conceito de sustentabilidade, quem poderia contestar o veredicto de Brundtland? E de fato, num mundo no qual a insustentabilidade se tornou regra, transitam toda sorte de itens “sustentáveis”. Hoje em dia o mercado disponibiliza, por exemplo, os bons serviços oferecidos por cemitérios “sustentáveis”. Para gaseificar e calcinar o que quer que seja podemos recorrer a incineradores supostamente “verdes”.

Polissêmico, o termo sustentável tornou-se alheio inclusive a contradições notórias. Tanto assim que o exército dos EUA encomendou em data recente, tanques de guerra providos de painéis solares, blindagem ecoeficiente e motores com baixa em emissão de poluentes. Adivinharam? São carros blindados “ecológicos” é óbvio. Para complementar, até mesmo um partido nazista “verde” opera na clandestinidade na Europa ocidental.

Em suma: a inconsistência teórico-operacional do chamado Desenvolvimento Sustentável está sob fogo cruzado. E não por acaso, em Abril deste ano uma série de intelectuais de peso, basicamente europeus e norte-americanos, lançaram um *Manifesto Eco Modernista*, que independentemente da aceitação ou não das suas teses, explicita clara necessidade de revisão da grade conceitual existente, suas implicações e limitações.

Um caminho de debates que indo às raízes da questão, constitui passo importante para identificar novas linhas de atuação.

As futuras gerações agradecem.

BIBLIOGRAFIA

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 1990;

ALIER, Joan Martinez. *El Ecologismo de Los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración*. 5ª edição ampliada. Barcelona (Espanha): Icaria-Antrazyt-Flacso. 2011;

_____. *El Ecologismo de Los Pobres*. Revista Envio, nº. 125. Manágua (Nicarágua): Universidade Centro Americana de Manágua. 1992;

ÂNGELO, Cláudio. *Há abuso no uso de 'sustentabilidade', diz criadora do termo*. Artigo publicado em Folha.com., edição de 22-03-2012. Texto elaborado a partir de entrevista com Gro Harlem Brundtland. 2012;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

BROWN, Lester Russel. *Por uma Sociedade Viável*. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1983;

CARVALHO, Marcos de. *O Que é Natureza?*. Coleção Primeiros Passos nº. 243. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1991;

CMMAD-ONU. *Nosso Futuro Comum*. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988;

FRANK, André Gunder et FUENTES, Marta. *Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais*. In Revista Lua Nova, pp. 19-48. São Paulo (SP): Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). 1989;

HAESBAERT, Rogério. *Blocos Internacionais de Poder*. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1997;

LAFER, Celso. *Comércio e Relações Internacionais*. Coleção Elos, nº. 8. São Paulo (SP): Editora Perspectiva. 2011;

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder*. 3ª edição. Petrópolis: Vozes/ PNUMA. 2004;

MARTINS, José Pedro Soares. *Terra Nave Mãe - Por Um Socialismo Ecológico*. São Paulo (SP): Traço a Traço Editorial e CEPE. 1991;

MEADOWS, Dennis L. *et alli* (Orgs.). *Limites do Crescimento: Um Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o Dilema da Humanidade*. Coleção Debates, nº. 90. São Paulo (SP): Editora Perspectiva, 1973;

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 3ª edição. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 2002;

PAIXÃO, Ricardo Antônio da. *Geografia e Meio Ambiente*. In: Geografia: Teoria e Crítica, Ruy Moreira (org.). Petrópolis (RJ): Editora Vozes. 1982;

PERICÁS NETO, Bernardo. *Meio Ambiente e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro (RJ): Revista Contexto Internacional, Volume 9, Janeiro/Junho. 1989;

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

_____. *Por uma Geografia Nova - Da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC) e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1978;

SANTOS, Selene Herculano dos. *Como passar do Insuportável ao Sofrível*. In: Revista Tempo e Presença, edição especial de Meio Ambiente, nº. 261, janeiro/fevereiro de 1992, pp. 12-13. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1992;

_____. *Reflexões Críticas Sobre o Relatório Brundtland: As Questões do Desenvolvimento Sustentável e da Nova Ordem Econômica Internacional*. Texto mimeo. Rio de Janeiro (RJ): GRUDE. 1991;

VIANNA, Aurélio. *Desenvolvimento e Desigualdade Insustentáveis*. In: Suplemento Debate do Jornal Contexto Pastoral nº. 3, Agosto/Setembro de 1991. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1991;

VIOLA, Eduardo José. *The Ecologist Movement in Brazil (1974/1986): From Environmentalism to Ecopolitics*. In: International Journal of Urban and Regional Research, Vol. 12, nº. 2, junho. Texto mimeo. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1988;

_____. et LEIS, Hector Ricardo. *Desordem Global da Biosfera e a Nova Ordem Internacional: o papel organizador do ecologismo*. In: LEIS, Hector Ricardo (Organização). *Ecologia e Política Mundial*, pp. 23-50. Rio de Janeiro (RJ): Fase/Vozes/Airi/PUC-RJ. 1991;

WALDMAN, Maurício. *Dilemas da Gestão do Lixo: Reciclagem, Catadores e Incineração*. Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado. Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília (DF): Ministério da Educação. 2015a;

_____. *Dúvidas e Incertezas da Sustentabilidade*. Artigo publicado pelo jornal O Imparcial. Coluna Pensar & Repensar, edição de Sábado, página 3a, 06-06-2015. Presidente Prudente (SP). 2015b;

_____. *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil*. Coleção Caminhos da Geografia, 8ª edição. São Paulo (SP): Editora Contexto. 1992a;

_____. *Divisão Internacional dos Riscos Técnicos e Ambientais*. In: revista Tempo e Presença, nº. 261, edição especial de Meio Ambiente, Janeiro-Fevereiro de 1992. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1992b;

_____. *Okologie oder Ocollorgie? Lutzemberger: Umweltpolitik auf neoliberal - eine polemik*. In: Lateinamerika Nachrichten, nº. 205-20, pp. 10-14. Berlin (Alemanha): Forschungs und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika. 1991a;

_____. *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida*. In: Conversão da Dívida e Meio Ambiente, Paulo Schilling (org.). São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): coedição Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e Editora Global. 1991b;

_____. *Movimento Ecológico: Para Além da Preservação*. In: Boletim E Agora?, nº. 5, página 5, edição de 01-06-1991. São Paulo (SP). 1991c;

_____. *Ecologia e Movimentos Sociais: Breve Fundamentação*. In: Hidrelétricas, Ecologia e Progresso. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1990a;

_____. *Movimento Ecológico: Combativo ou de Resultados?*. In: Revista Teoria e Debate, nº. 9, Janeiro-Fevereiro, pp. 13-17. São Paulo (SP). 1990b;

_____. *Collor combina ecologia e autoritarismo*. In: Boletim Aconteceu, página 5, edição de 05-09-1990. Rio de Janeiro (RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1990c;

_____. *Glasnost é Desafiada*. In: revista Tempo Presença, nº. 249, pp. 42-42. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

_____. *Ecologia na Perspectiva dos Trabalhadores*. In: revista Tempo e Presença, nº. 230, pp. 4-5. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). 1988:

WALDMAN, Maurício et FATHEUER, Thomas. *Zum Beispiel Sao Bernardo*. Depoimento prestado ao jornalista Thomas Fatheuer sobre conflitos socioambientais relacionados à Represa Billings no Grande ABC Paulista. In: Latein Amerika Nachrichten, edição nº. 221, pp. 18-24, 01-11-1992. Berlin (República Federal da Alemanha): Forschungs und Dokumentationszentrum Chile-Lateinamerika. 1992.

_____. et FATHEUER, Thomas. *Ecologia: Um Novo e Antigo Projeto Global*. Artigo publicado na seção Painel, Caderno ABCD do Jornal Folha de São Paulo, edição de 27-12-1991. São Paulo (SP). 1991.

¹ **A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto**, ISBN: 1230000921015, é um título que foi primeiramente disponibilizado na **Plataforma Kobo** pela **Editora Kotev** (Kotev ©) em Fevereiro de 2016. Em Maio de 2018, este mesmo material foi transformado em texto de acesso livre na Internet em Formato PDF. **A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto** constituiu originalmente capítulo da publicação “Ecos da Rio-92: Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento em Questão” (páginas 20-32), compilação organizada pela geógrafa cearense Vanda Claudino Sales como subsídio para debates da Eco-92. A reedição em curso deste texto, sob os auspícios da **Editora Kotev**, agrega ajustes pontuais, cautelas de estilo e notas explicativas, sempre identificadas como “Notas da edição de 2016”. As imagens e as paráfrases que constam na edição de 2018, constituem adições ao original. **A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto** claramente endossa visão crítica do conceito de desenvolvimento sustentado, daí a indexação de um Anexo com o texto *Meio Ambiente: Dúvidas e Incertezas da Sustentabilidade*, artigo de público amplo do mesmo autor publicado pelo jornal O Imparcial, de Presidente Prudente (SP). A edição em Formato PDF visando acesso livre na Internet de **A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto**, incorpora revisão ortográfica com base nas regras vigentes quanto à norma culta da língua portuguesa e igualmente cautelas de estilo, repaginação normativa e ajustes de programação inerentes ao formato PDF. A formatação do material contou com a Assistência de Editoração, Parecer Técnico e Tratamento Digital de Imagens do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-page: www.harddesignweb.com.br. Anote-se que editorialmente, o texto de **A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto** é um material gratuito, sendo vedada qualquer modalidade de reprodução comercial e também, de divulgação sem aprovação prévia da **Editora Kotev** (Kotev©). A citação de **A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto** deve obrigatoriamente incorporar referências bibliográficas em conformidade com o padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto*. Meio Ambiente: Coleção Memória e Debate 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

² **Maurício Waldman** é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área do meio ambiente e uma carreira acadêmica diversificada, com contribuições nas vertentes da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Antigo colaborador do líder seringueiro Chico Mendes, ativista de movimentos em defesa da Represa Billings e um dos veteranos da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA, SP), Waldman foi elencado no ano de 2003 em enquete do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) como um dos trinta ambientalistas históricos do Estado de São Paulo. Nos anos 1980 e 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) e em várias entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo e o Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). No

plano institucional, Waldman foi Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Foi colunista, articulista e/ou colaborador da Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), do jornal Diário do Grande ABC, Folha de São Paulo (Seção do Grande ABC), revista Tempo & Presença, site da Editora Cortez, boletim Linha Direta, revista Teoria & Debate, revista Ambiente Urbano, site do Prof Assessoria em Educação, site Cultura Verde, Secretaria de Comunicação de São Bernardo do Campo, jornal O Imparcial e da revista Brasil-África Magazine. Autor de 18 livros, 22 *ebooks* e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman lançou, dentre outras obras, *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992) e *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental. Como coautor, assinou em parceria obras como *Meio Ambiente e Missão: A Responsabilidade Ecológica das Igrejas* (Editora da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista, 2003), *Guia Ecológico Doméstico* (Editora Contexto, 2000), *A Eco-92 e a Necessidade de um Novo Projeto* (Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção de Fortaleza, 1992) e *Oito Críticas Ecológicas à Conversão da Dívida* (Coedição CEDI e Editora Global, 1991). Traduziu duas obras de peso: *El Ecologismo de los Pobres - Conflictos Ambientales y Lenguajes de Valoración* (de Joan Martínez Alier) e com a colaboração da filósofa Bia Costa, *Fifty Major Philosophers* (de Diané Collinson). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP (1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br;

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>;

Biografia Wikipédia: http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman.

Email: mw@mw.pro.br

³ *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED), na nomenclatura internacional (Nota da edição de 2016).

⁴ *Earth Summit*, na nomenclatura internacional (Nota da edição de 2016).

⁵ Coloquialmente, este evento também é referido como *Encontro do Aterro do Flamengo*, referência ao local da conferência na cidade do Rio de Janeiro (Nota da edição de 2016).

⁶ Em princípios dos anos 1980, os mais diversos círculos de discussão passaram a pautar de modo crescente o conflito Norte-Sul em detrimento da oposição Leste-Oeste. Neste recorte, Norte-Sul constitui uma nomenclatura que reapresenta a clássica contradição opondo países desenvolvidos e subdesenvolvidos, que, aliás, coexistiu em tempo integral com a disputa entre as sociedades ocidentais e as do antigo mundo socialista. Entretanto, convém não esquecer que tanto a URSS quanto

os EUA constituíam duas espécies *de um mesmo gênero de sociedade industrial*, ensejando ao longo dos anos 1970-1990, um esforço claramente cooperativo. Tal homologia justificaria que a antiga bipolaridade assumisse a forma da *deténée* (distensão), uma nova política de coexistência pacífica consolidando o que poderia ser chamado de Sistema II da ONU, no qual as duas superpotências assumiram (em conjunto com a maioria dos membros do Conselho de Segurança da entidade), uma pauta convergente de interesses, defendida em nome da paz mundial. Este arranjo não passou de modo algum despercebido aos olhos dos analistas, dos governos, dos movimentos sociais e dos partidos políticos, consciência que contribuiu para reacender a controvérsia das discrepâncias relativas aos níveis de desenvolvimento econômico, tal como se apresentam no mundo globalizado (Nota da edição de 2016).

⁷ Sequenciando esta linha de raciocínio, é válido recordar que os organizadores do *Fórum Global*, quando confrontados com a necessidade de estipular critérios de participação das entidades no evento, entenderam que na moldura ambientalista se enquadrariam dois grupos de referência: as *ONG* ambientalistas em seu *stricto sensu* (ou seja, organizações da sociedade civil cujo marco identitário estava firmado no campo ambiental) e as representações sociais que embora não rotuladas como ecológicas, desenvolviam reivindicações objetivamente ambientalistas (populações extrativistas, sindicatos, associações de classe, etc.) (Nota da edição de 2016).

⁸ A organização da conferência paralela, reunindo *ONGs* de todo mundo num só bloco, refletia uma dualidade inerente ao momento histórico vivido, no qual a questão ambiental despontava como eixo organizador axiomático. A esta inferência somou-se, é claro, a polaridade entre representatividade institucional e não-institucional. Daí a organização de um fórum oficial e outro paralelo. Para a par, compreenda-se igualmente que um cabedal de particularismos que tipificam o ecologismo do Norte de um lado e ecologismo do Sul de outro, não transparecia num cenário monopolizado pelo ideário de um “global” indiferenciado, conotado por senso claramente cosmopolita (Nota da edição de 2016).

⁹ Na circunscrição deste texto, o autor faz uso da terminologia *Eco-92* sempre que o foco diga respeito às duas conferências, a oficial e dos movimentos sociais (Nota da edição de 2016).

¹⁰ As palavras ambientalismo e ecologismo, embora utilizadas em muitos contextos como sinônimos, também estão gravadas por significados próprios. Há um recorte associado ao ativismo. Na Colômbia, por exemplo, entende-se que ambientalismo é mais radical que ecologismo. Porém, no Chile e na Espanha, ocorre o contrário. As duas palavras também demarcam diferenças quanto ao propósito central das mobilizações: ecológico diria respeito ao natural em si mesmo e ambiental, às paisagens construídas pela ação humana. Anote-se que desde os anos 1990, o trânsito da terminologia *ecológico* definhou em favor de *ambiental*, mudança esta que não seria meramente semântica. Atente-se que a crescente artificialização do espaço habitado concorre para que cada vez mais as mobilizações se voltem para

manter o espaço imediato, antropogênico, de vida das pessoas. Existiria, pois um entendimento sub-reptício de que o recuo das fronteiras da naturalidade, cada vez mais escassas e distantes da vivência da maioria das pessoas, intercede em favor do que é ambiental em detrimento do ecológico (Nota da edição de 2016).

¹¹ Este tema, tecnicamente definido como Depleção do Ozônio, perdeu o impacto que desfrutava nos anos 1990. Note-se que em 1994, a Organização das Nações Unidas chegou a aprovar o dia de 16 de Setembro como Dia Mundial do Ozônio com o objetivo de frisar a importância do problema e comemorar a assinatura do Protocolo de Montreal de 1987, que estabelecia um esforço internacional visando estancar o processo de expansão do fenômeno e fazê-lo retroceder. De fato, pesquisas e levantamentos identificam que a camada de ozônio do Planeta tem se recuperado lentamente, uma das raras notícias positivas sobre a saúde do planeta. Entre 2000 e 2013, constatou-se, por exemplo, que os níveis de ozônio cresceram 4% nas latitudes setentrionais. Mas, por outro lado irrompeu uma temática muito mais perigosa, relacionada aos Gases de Efeito Estufa (GEE), que se tornaram o centro da discussão dos equilíbrios climáticos e atmosféricos da Terra (Nota da edição de 2016).

¹² O termo Biosfera é uma combinação de dois radicais gregos, *βίος* (bíos: vida), e *σφαίρα* (sfaira: esfera), disto resultando *esfera da vida*. Atribui-se a criação do conceito ao geólogo austríaco Eduard Suess no ano de 1875. Entretanto, a palavra apenas conquistou notoriedade através dos trabalhos do geógrafo russo Wladimir Vernadsky, a partir de 1926. Biosfera designa o espaço colonizado pelas formas de vida que no Planeta, interagem entre si em múltiplos nichos ecológicos. Constituindo o grande berço natural dos humanos, a Biosfera é a conclusão de uma longa série de experimentos da natureza, alguns dos quais colocaram as civilizações humanas sob risco de um colapso. Ao longo dos tempos históricos, a Biosfera foi esculpada pelas sociedades humanas, configurando o Antropoceno ou Tecnoesfera, o espaço sob domínio direto dos humanos e da artificialidade (Nota da edição de 2016).

¹³ Observe-se que o economista catalão Joan Martinez ALIER (2011 e 1992), propõe uma revisão terminológica das três correntes, expressando na iniciativa um intento em destacar as motivações profundas de cada vertente. Assim, o preservacionismo é designado como *culto à vida selvagem* ou *ao silvestre*, o eco-capitalismo como *evangelho da ecoeficiência* e o eco-socialismo como *ecologismo dos pobres, justiça ambiental* ou *ecojustiça*, sendo que das três denominações propostas, ecologismo dos pobres logrou certa difusão (Nota da edição de 2016).

¹⁴ Na língua inglesa, a palavra seria correlata à *conservancy*: conservação (Nota da edição de 2016).

¹⁵ Recordo o geógrafo brasileiro Milton Santos, na modelagem do espaço geográfico, nos arranjos dados pelos humanos aos elementos naturais encontrados no ambiente, encontra-se o espelhamento das relações sociais mantidas pelos homens entre si, e destes, com o meio natural. Neste processo a *natureza original* ou

primeira, é transformada em uma *natureza segunda, artificial, criada pelo homem* (SANTOS, 1978: 201). Cabe anotar, na reflexão do geógrafo Antonio Carlos Robert MORAES, “o ambiental não se homogeneiza num só alvo de ação, antes se difunde como faceta inerente a todo ato de produzir espaço” (2002: 30) (Nota da edição de 2016).

¹⁶ Nesta preocupação inscreveu-se, por exemplo, o bisão americano. As manadas deste búfalo selvagem, estimadas em 60 milhões de exemplares nos idos de 1.800, cruzavam a planície central dos Estados Unidos nas suas migrações anuais em vagas que preenchiam o horizonte. Contudo, este contingente estava reduzido a não mais que 550 exemplares em 1890 (Nota da edição de 2016).

¹⁷ Cabe o reparo de que a região do parque, de acordo com pesquisas arqueológicas, foi ocupada por ameríndios durante pelo menos 11.000 anos, pelo que a instalação da reserva referendou a expulsão das populações tradicionais indígenas da região. De um modo ou de outro, esta declinação se repete em outras áreas protegidas dos EUA (Nota da edição de 2016).

¹⁸ Observe que em grande parte dos casos as áreas protegidas, aparte considerações relativas à biodiversidade e ao valor paisagístico, foram implantadas na parte central e ocidental dos Estados Unidos, áreas impactadas mais tardiamente pelo avanço da Modernidade. Todavia, a mística do *Oeste Selvagem* contribuiu para legitimar várias destas iniciativas, reforçando concomitantemente uma aura de naturalidade e de longinquidade diante da vida moderna, registros que sempre imantaram o ideário conservacionista (Nota da edição de 2016).

¹⁹ O Parque Nacional do Itatiaia (RJ e MG), na Serra da Mantiqueira, a primeira área de conservação implantada no Brasil, somente viria a ser criada em 1937 através de decreto assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas.

²⁰ Entretanto, desde os anos 2000 o eco-realismo, em parceria com o paradigma da ecoeficiência, foi alçado a uma forte proeminência, tornando-se um efetivo nexo central no debate ambiental contemporâneo (Nota da edição de 2016).

²¹ Cabe o comentário de que o espaço terrestre foi repetidamente moldado, desde os tempos mais longínquos, por diversificada gama de atores, protagonistas como coletores, caçadores e agricultores, aos quais se somam alterações antropogênicas advindas da ação organizada dos sistemas políticos, culturais e econômicos. Na realidade, o que comumente é denominado como natureza incorpora, mesmo em pequena gradação, a intervenção imemorial de comunidades humanas ancestrais (Nota da edição de 2016).

²² A denominação *Meadows* é referência ao cientista norte-americano Dennis Meadows, um dos co-autores (Nota da edição de 2016).

²³ Não por acaso, o Clube de Roma teve como uma de suas figuras de proa o economista Aurélio Peccei, alto executivo das empresas italianas Fiat, Alitalia e Olivetti, sendo que nesta última, ocupou a presidência geral. Além de Peccei, Alexander King, químico escocês considerado pioneiro no movimento do desenvolvimento sustentável, foi outro cofundador da entidade (Nota da edição de

2016).

²⁴ Esta vertente também é conhecida como eco-brutalismo. Dentre as posições defendidas pelos eco-fascistas, figuram as legislações contrárias aos imigrantes, a defesa da desregulamentação da economia e a naturalização de problemas como o da fome nos países pobres, posicionamentos que justificam com base em argumentos inspirados na luta pela sobrevivência das espécies e na apologia dos mais fortes. Por fim, aspecto largamente desconhecido pelo público leigo, assinala-se que muitas organizações de extrema direita desenvolvem, não apenas por *marketing* político, ações de defesa do meio natural. A motivação para estas iniciativas estão enraizadas num leque de ideias: fabulações vinculando raça e território (como a doutrina nazista do solo e sangue), visões nacionalistas de defesa territorial, cultos neopagãos de entidades da natureza, a ideologia da purificação e da eugenia, etc. (Nota da edição de 2016).

²⁵ Por sinal, observe-se que uma coleção de apontamentos críticos foi desenvolvida por intelectuais do Leste Europeu. Este seria o caso, por exemplo, do célebre pensador dissidente Rudolf Bahro (1935-1997). Natural da antiga Alemanha Oriental, onde formou seu pensamento político e filosófico, Bahro tornou-se mais tarde líder do *Grüne Partei* (Partido Verde) da República Federal da Alemanha (Nota da edição de 2016).

²⁶ Dentre estes consta o pavoroso acidente nuclear de Chernobyl, que ocorreu em 1987 na Ucrânia, na ocasião uma república que integrava a antiga União Soviética. Contudo, além do emblemático caso de Chernobyl, há igualmente uma assombrosa coleção de sítios envolvendo problemas ambientais seríssimos em todo o Leste Europeu. Na Rússia seria menção obrigatória o Lago Karachay, considerado um dos locais mais radioativos do mundo (superando até mesmo Chernobyl), assim como as emissões de dióxido de enxofre das minas de níquel de Norilsk, no norte da Sibéria (1% do total mundial); Na Romênia, a severa poluição do ar nos centros industriais de Copsa Mica e Giurgiu; Na Alemanha Oriental, as ejeções de lixo tóxico industrial; Na Polônia, *records* mundiais de chuva ácida; Na Bulgária, o envenenamento do meio ambiente por metais pesados. Complementando, fora do teatro europeu, vários outros países socialistas, em especial a República Popular da China, constam no prontuário global de desastres ambientais de primeira grandeza (Nota da edição de 2016).

²⁷ *Vis-à-vis*, importaria rubricar a perspicaz ponderação de Joan Martinez ALIER de que aparte divergências entre as três correntes do ambientalismo, nada disto exclui certo rol de convergências (*passim*, 2011). Movimentos e organizações em defesa do meio ambiente geralmente combinam em grau diferenciado, ao lado de uma proposição mais hegemônica, contribuições destas três variantes do pensamento ambiental (Nota da edição de 2016).

²⁸ *Debt Swap Conversion*, na nomenclatura internacional.

²⁹ Embora os ambientalistas norte-americanos tenham, nos últimos anos, avançado para questões sociais, a temática de cunho naturalizante é o grande senso comum.

Não admira, pois, que a tese da conversão, implicando na defesa das florestas tropicais, tenha encontrado grande receptividade nos EUA. (WALDMAN, 1991b: 60).

³⁰ Importa consignar que a terminologia socioambiental começa a ser difundida nos finais dos anos 1980, mas ganhando consagração particularmente a partir da Eco-92. Claro sinal de que o temário ambiental passa a ser apreendido como em articulação com a esfera do social (Nota da edição de 2016).

³¹ *Our Common Future*, na nomenclatura internacional.

³² *New International Economic Order* (NIEO), na nomenclatura internacional (Nota da edição de 2016).

³³ Seria meritório ressaltar que aparte o trânsito da expressão Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), no discurso institucional hegemônico, existe outro sentido, concebido a partir de diversas cúpulas promovidas por nações do Terceiro Mundo. No interior deste bloco, uma NOEI apenas teria aderência numa linha de oposição às estratégias de desenvolvimento usualmente defendidas pelas nações ricas. Reivindicava, pois a reestruturação do sistema econômico internacional implantado após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, a incorporação da sigla pela CMMAD traduz, numa perspectiva crítica, numa clara estratégia de legitimação institucional do significado oficial. Recordava um dos líderes do bloco, o presidente Julius Nyerere, da Tanzânia, que a construção de uma NOEI era indissociável da contestação de um modelo que “fazia mais ricos os ricos e mais pobres os pobres”. Neste sentido, a inserção da sigla NOEI no Relatório Brundtland está não só conectada a uma intenção de pasteurizar as desigualdades internacionais, como igualmente, em legitimá-las por intermédio de um signo ecológico (Nota da edição de 2016).

³⁴ Esta assertiva pode ser confirmada pela indicação em 1990 do veterano militante ambientalista gaúcho José Lutzenberger (1926-2002), para o Ministério do Meio Ambiente, medida inédita na política brasileira, escolha que na ocasião surpreendeu profundamente toda a comunidade ambientalista (Cf. WALDMAN, 1991a) (Nota da edição de 2016).

³⁵ A propósito, cabe o registro do epíteto *King-Ong*, fonologicamente próximo do cinematográfico gorila *King-Kong*, de larga veiculação nos anos 1990 junto aos segmentos engajados do ecologismo para distinguir entidades ambientalistas ricas, influentes e poderosas (Nota da edição de 2016).

³⁶ Participando como observadora no G-7 desde 1990, a Federação Russa foi convidada no ano de 1997 a associar-se ao grupo, oficializando sua integração a partir de 1998, quando participou da primeira cúpula do bloco. Desde então, passou a funcionar um G-7+1, o G-8. Porém, o crescente distanciamento diplomático da Rússia dos demais países do bloco, motivado por aspirações geopolíticas próprias, fragilizou a relação com as demais chancelarias. Estas crispações se cristalizaram no episódio da anexação *manu militari* da península da Criméia em Fevereiro de 2014, provocando neste mesmo ano a suspensão da Rússia do grupo. Claramente está em curso uma tentativa, por parte da Rússia, em retomar papel hegemônico nos países

e regiões do seu entorno imediato, fato que torna pouco credível um retorno do país ao bloco (Nota da edição de 2016).

³⁷ Na realidade trata-se de um bloco formado, no momento em que transcorria a Eco-92, por mais de 120 países periféricos. Este grupo foi fundado em 15 de junho de 1964 com base na “Declaração Conjunta dos Setenta e Sete Países”, emitida ao final da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (ou UNCTAD: *United Nations Conference on Trade and Development*), ocorrida em Genebra, na Suíça. Subsequentemente este G-77 agregou número crescente de novos países-membros, ampliando sua representatividade. Configura um conjunto diferenciado de Estados categorizados por vários manuais de economia como países em desenvolvimento, e por outros, como nações periféricas. Grosso modo, são países desigualmente integrados ao sistema econômico globalizado, sensíveis a uma pauta de expansão econômica. Não são incomuns posicionamentos hostis ao debate ambiental por parte das autoridades representadas no G-77, chegando a catalogar o temário ambiental como manobra visando manter as nações subdesenvolvidas numa posição subalterna, submissa aos países centrais (Nota da edição de 2016).

³⁸ Este objetivo foi confirmado pelo desempenho econômico do país, antes e principalmente após a realização da Rio-92. Concretamente, a China cresceu uma média de 10% ao ano durante três décadas (1980-2010), escalada que a impeliu ao consumo de 30% do ferro, 12% da platina e 15% do alumínio produzidos no mundo. Em 2002 este país respondeu por 15% do comércio mundial do cobre e 20% das transações internacionais de soja. Disto decorre a relevância matricial da China para consensar e viabilizar uma agenda ambiental global (WALDMAN, 2015a) (Nota da edição de 2016).

³⁹ A este respeito, consultar Anexo I (Nota da edição de 2016).

⁴⁰ Entretanto, anote-se uma clivagem que foi diferenciando um consenso global ecologista, distanciando passo a passo os ambientalistas do Norte e do Sul. De certo modo, isto seria inevitável. Uma vez que todo e qualquer corpo de ideias é tematizado pelo escopo geográfico, cultural, étnico e social no qual se assenta, todo o pensamento e toda ambição, por mais universalista que se proponha, termina cedo ou tarde por absorver o sabor cultural e a tônica da realidade com a qual interage (BRETON, 1990: 25). Assim, a pauta comumente defendida pelo ecologismo do hemisfério Norte passou a credenciar uma agenda divergente da que é proposta ou que seria representativa da conjuntura vivenciada pelos povos do Sul. Cabalmente, questões como mobilizações antinucleares, antiautomóvel ou mesmo a insistente crítica ao estilo de vida moderno são apenas indiretamente representativas ou moderadamente inseridas na realidade dos países periféricos. Mesmo quando o ambientalismo dos países centrais volta-se para questões sociais e solidariedade ao Terceiro Mundo, o faz frequentemente assoberbado por inflexões que medram num imaginário soldado por estereótipos ambientais, culturais, sociais e geográficas, tendo por substrato uma consagrada ordenação eurocêntrica de mundo, articulada por rígidas oposições binárias, tais como as que opõem o

moderno ao tradicional, o urbano ao rural e o mundo urbano ao agrário. É o que explica a devoção de muitas entidades ambientalistas do Norte por grupos de “primitivos”, comunidades étnicas, extrativistas, indígenas, populações ribeirinhas, pantaneiras, camponesas e assemelhadas. Ou seja, detendo-se nos segmentos dissociados o mais possível do espaço urbano e industrial que tipifica as sociedades afluentes. Decididamente, a pauta do ecologismo meridional, mesmo adotando premissas análogas ao ambientalismo setentrional é outro, tanto na forma quanto na essência. Nos países do Sul, mobilizações em favor dos catadores ou da agricultura familiar seduzem, por exemplo, com mais insistência e arrebatamento o movimento ambientalista (Nota da edição de 2016).

⁴¹ Mais de duas décadas após a publicação deste texto, não haveria como não comentar as desventuras políticas do Partido dos Trabalhadores (PT), que pipocavam pontualmente já nos primórdios dos anos 1990 (Cf. WALDMAN *et* FATHEUER, 1992). Sendo hoje uma obviedade o descolamento desta agremiação de qualquer prática substantiva de transformação social, chama também a atenção a superestimação que neste período fascinava amplos setores engajados do ecologismo quanto a um papel propositivo a ser desempenhado pelo PT (VIOLA, 1988). Contudo, para além de palavras e pronunciamentos, anote-se que nos dias que seguem, absolutamente nenhum dos expoentes históricos do ecologismo social permanece nos quadros desta agremiação partidária. (Nota da edição de 2016).

⁴² Artigo publicado pelo jornal O Imparcial, de Presidente Prudente, edição de Sábado, 17-06-2015, Opinião, página 3a. 2015b.

CONHEÇA A SÉRIE MEIO AMBIENTE



<http://mwtextos.com.br/serie-meio-ambiente/>



Os debates sobre MEIO AMBIENTE são um pilar central de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016. Também trabalhamos com temas relacionados com RELAÇÕES INTERNACIONAIS, AFRICANIDADES, CARTOGRAFIA, ANTROPOLOGIA e EDUCAÇÃO POPULAR.

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:
<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:
atendimento@kotev.com.br